

ATA Nº 15/2026

Aos trinta do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às nove horas, na sede do Poder Legislativo, ocorreu a Sessão Plenária Ordinária, sob a presidência da Vereadora Cristina Beatriz Rohde e contou com a presença de todos(as) Vereadores e Vereadoras.

No horário aprazado, havendo número legal e invocando a proteção Divina, a sra. Presidente declarou aberta a presente Sessão, solicitando a mim, Assessora Legislativa, que realizasse a leitura de uma passagem bíblica.

A seguir, o sr. Presidente anunciou que a Ata da Sessão do dia 23 de março de 2026, cuja cópia foi encaminhada para os devidos e-mails, encontra-se em discussão e posterior votação, oportunidade em que foi aprovada por todos presentes.

Posteriormente, a sra. Presidente solicitou que fosse feita a leitura das correspondências da Mesa Diretora: Projetos de Lei 050/2026 oriundo do Poder Executivo, Projeto de Lei nº 004/2026 de autoria do Vereador Ismael Soares; Ofício 15/2026 da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação enviando o Plano de Trabalho aprovado para construção do Centro Dia da Pessoa Idosa; Ofício 049/2026 da Secretária Municipal de Educação informando sobre a divulgação da lista de espera para vagas nas escolas municipais de educação infantil e Denúncia e aditamento, ambos de autoria do sr. Paulo Roberto da Silva, pedindo a instauração de processo de cassação do Prefeito Municipal.

A seguir, a sra. Presidente registrou que no dia 28 de março aniversariou o funcionário da Casa, sr. Eder dos Santos, desejando ao mesmo, um feliz e abençoado aniversário, com infinitas bênçãos de Deus.

A sra. Presidente justificou ainda, que nesta manhã, teríamos o pronunciamento de um representante da Corsan, que falaria a respeito da rede de água da Data do Ribeiro, pedido formulado pelo Ver. Vanderlei dos Santos, mas por questão de agenda, ficará para outra oportunidade.

No Expediente o primeiro inscrito foi o Vereador Ismael Soares, realizando as saudações costumeiras a todos. Iniciou seu pronunciamento, solicitando o envio de ofício ao Secretário de Obras, para que seja realizado o patrolamento das estradas da Data do Ribeiro, da Santa Fé, do Rincão das Casas e arredores, pois os locais encontram-se em péssimas condições de trafegabilidade. Pediu o envio de ofício ao Daer, pedindo a instalação de redutor de velocidade na ERS-410 – defronte a EMEF Percílio Joaquim da Silveira, na ERS-400, nas imediações das unidades das empresas Beira Rio e nesta mesma via na localidade da Vila União, nas proximidades da Escola Cristo Rei, considerando que em ambas escolas, existem um grande número de estudantes, e trata-se de preservar a vida destas pessoas, tanto dos estudantes, como dos trabalhadores., afirmando que o Daer tem conhecimento de todos estes problemas, “mas esperar o que de um órgão que há 30 anos não conseguiu terminar um asfalto da ERS-410?” ressaltou. Lembrou que o Vice-Governador, Gabriel Souza, esteve no município e prometeu que a obra seria concluída e já estamos no final do mês de março e nada vimos e nada foi feito. Disse ter apresentado Projeto de Lei, anteriormente lido pela assessora legislativa, que institui o mês “Março Amarelo e Lilás”, dedicado à campanha de conscientização, tratamento e prevenção da endometriose e do câncer do colo do útero”, cujo assunto desenvolverá quando o projeto for para apreciação, lembrando

que os (as) Vereadores (as) não podem instituir políticas públicas de saúde, restando fazer o que é permitido.

O Vereador Márcio Bataioli também fez uso da palavra, realizando as saudações costumeiras a todos. Iniciou falando ter acompanhado o que está sendo vivido no posto de saúde do Rincão Comprido, e infelizmente, estamos atravessando por momentos difíceis de crise no Município e pôde observar as dificuldades dos moradores, pois existe um espaço bem montado, bonito e amplo, com condições de prestar um melhor atendimento à população, porém, falta mão de obra, faltam funcionários, sendo que hoje, o posto de saúde do local conta apenas uma pessoa encarregada para os serviços gerais; uma técnica de enfermagem, uma pessoa que atende na recepção e dois médicos, para atender praticamente toda a região e também partes do interior, e gostaria que a Secretária da Saúde, dispensasse maior atenção com aquele posto de saúde, melhorando a mão de obra, com mais médicos, e também a respeito do agendamento de consultas, cujas agendas estão ficando muito prolongadas e as pessoas acabam procurando outros meios, tirando a vaga de alguém que está precisando muito daquele atendimento.

A Vereadora Ginevra da Silveira também fez uso da Tribuna, realizando as saudações costumeiras a todos. Disse vir à Tribuna para tecer alguns comentários a respeito de assuntos que vem sendo veiculados nos últimos dias, em especial nas redes sociais, imprensas e na população candelariense, e em alguns momentos, se ocupa a Tribuna, para falar em nome de todos os Vereadores, mas agora, ocupa o espaço, para falar apenas de si. Afirmou que tem muito respeito pela pessoa do Rim (Nestor Ellwanger) e muito aprendeu com ele, com sua humildade, aquele Rim que vai em todas as festas, em todos velórios, em todas as comemorações, que conhece cada pessoa pelo seu nome, que leva pão no comércio local, que distribui jornais, que acorda cedo para carregar pessoas, atitudes bonitas e ela, as reconhece, pois é uma história de mais de 40 anos. Mas não quer falar da pessoa do Rim, mas sim, do Prefeito Rim, que na sua opinião mudou, e mudou muito, pois quando se refere a perseguição, diz que o comportamento do mesmo, agressivo e arrogante, especialmente com os Vereadores, tem demonstrado o contrário, pois hoje em dia, ela se sente perseguida, referindo-se especialmente a um programa de rádio do dia 21.02.2026, esclarecendo que o Prefeito Rim não citou nomes, e que ninguém ache ou diga, que a carapuça serviu. Mas no dito programa, o mesmo falou de forma desrespeitosa, ampla, genérica, como se falasse de todos os Vereadores. E por isso relata: ela elegeu-se com 940 votos, foi oposição, num partido de chapa única, com apenas 08 candidatos a vereança, sem receber nenhuma só, pedra de cascalho ou brita na casa de ninguém, sem uma só cesta básica, sem nenhum real de recurso próprio, quicá, recurso público, convidando que o mesmo vá até sua casa e verifique se existe algum cano, alguma pedra de cascalho, ou máquina ou qualquer outro tipo de benefício, afirmando que não tem, e o que se pede da Tribuna da Casa, é para a população, que tem esse direito, e quando um vereador pede da Tribuna da Casa, não se trata de um favor, e sim, um dever, lembrando que se a demanda chega até o Vereador é porque que tinha obrigação de resolver, não o fez, esclarecendo ainda, que fiscalizar, que é obrigação, não é fazer “ fofocaiada” e quando as demandas chegam ao MP, quando o próprio Promotor relata que está sobrecarregado, inclusive de denúncias, vindas de secretários e de dentro do Executivo, não é invenção do vereador , é sinal de que algo não está sendo feito como deveria, que e o prefeito não venha

com hipocrisia, engambelar a população mais uma vez, pois não se aguenta mais, e quando fala em “virar o cocho” fala da prefeitura, “ pois o cocho não é do Prefeito, os recursos públicos não são dele, os veículos oficiais não são dele, como também não, os funcionários, as pessoas e as secretarias, e ninguém está cuspidando no prato que comeu, estão sim, cumprindo com as obrigações, afirmando que hoje, o mesmo possui a caneta nas mãos, mas amanhã, poderá não ter mais. E é muito fácil culpar os Vereadores(as) pelas emendas, mas difícil é olhar para o que acontece dentro do próprio Executivo. A Câmara de Vereadores destinou mais de R\$ 1 milhão em emendas impositivas exclusivamente para a Secretaria de Obras, Agricultura, Saúde e Educação, e ainda devolveu mais de R\$ 1 milhão aos cofres públicos. E o que é feito com esse dinheiro, num orçamento de quase R\$ 197 milhões?, pois quando se recebe, desde a aprovação da LOA/2026 inúmeros pedidos de secretarias e reuniões, para solicitar auxílio com dinheiro, e se deu inúmeras oportunidades ao Executivo para fazer as realocações. Inclusive houve vereadores que devolveram recursos para o gabinete do Prefeito para dar continuidade ao desenfreado uso de diárias e benefícios, mas também se recebe pedidos de recursos com coisas sem prioridades, quanto que áreas essenciais ficam travadas. Lembrou do enxugamento de gastos realizados na Casa em 2025, devolvendo aos cofres municipais mais de R\$ 1 milhão e 500 mil, “ e daí é fácil, pois se liga para a Presidente e pede dinheiro, para pagar o conserto da máquina”, sugerindo que se abra um debate, ouvindo a população, “ porque os Vereadores não são fofoqueiros, mas sim, são a voz do povo e não serão calados”. Disse ainda, que logo votarão o recebimento de uma denúncia e a respeito disso, afirmou que isso é muito sério, pois foi protocolado no Ministério Público, na Polícia Federal e cada órgão fará o que lhe compete, mas o Legislativo também deve fazer o que lhe compete, e o vereador que for contrário ao recebimento dessa denuncia, na sua opinião, é um vereador omissor, pois se existe uma denúncia, deve haver uma investigação, e depois, se decida, quando a verdade aparecer. Falou ainda, da falta de respeito do prefeito com o denunciante, inclusive renda da cara desta pessoa no programa de rádio, o chamando de “laranja”, perguntando ao prefeito Rim, “ao humilde Prefeito Rim” qual a diferença entre ele e o denunciante? Seria a escolaridade? A conta bancária? Qual a diferença entre o prefeito Rim e o denunciante? para esta total falta de respeito? Pois ninguém é melhor que ninguém. Disse ser favorável ao recebimento da denúncia, “ pois não deve nada para ninguém, muito menos ao prefeito Rim, ao contrário de outros”, uma vez que não é suplente, não tem nenhum cargo na prefeitura, não deve favores, e o que pediu não foi para ela, e sim, para a população.

A seguir, manifestou-se o Vereador Marlon Wohlenberg da Silva, realizando as saudações costumeiras a todos. Iniciou falando que estava em período de férias, quando foi recebido e teve conhecimento, ele, juntamente com colega Vanderlei, que também estava de férias, das graves denúncias que chegaram a esta Casa, e diante dos fatos, acabaram por suspender as férias, antecipando o retorno à Casa, para cumprir com o dever. Disse que há pouco, foi lida pela assessora legislativa, a denúncia que aportou formalmente, deixando claro que este não é um momento de julgamento e nem de antecipação de culpa, mas acima de tudo, um momento de grande responsabilidade, pois o que está em pauta hoje, não é uma disputa política entre a situação e a oposição, e sim, o dever que cada vereador(a) assumiu quando tomou posse neste Poder, o dever de fiscalizar e de dar respostas à população, pois estes fatos precisam ser

analisados com serenidade e seriedade, pedindo que os colegas analisem esta questão com equilíbrio, consciência e respeito à população, pois cada voto aqui terá um significado muito claro para a comunidade, para a sociedade e o compromisso ou não, com a apuração dos fatos.

A seguir, fez uso da palavra o Vereador Vanderlei dos Santos, realizando as saudações costumeiras a todos. Disse que também estava em período de férias e voltou às pressas diante desse problema que está acontecendo aí, pois é denúncia sobre denuncia, mas “isso já se está sabendo e imaginando, pois o Rim tinha que trazer para Candelária uma fábrica de buzina, pois ele sabe administrar a buzina do seu carro”, criticando o projeto de asfalto que passará defronte a residência do prefeito, e agora, quer pegar mais um empréstimo de mais de R\$ 1 milhão e 300 mil, dizendo que com esse recurso, poderia ser utilizado para outra prioridade, e “isso é a maior vergonha do mundo, pois as ruas de Candelária quase não dá mais para andar de tantos buracos, sem falar que ando chove, as águas invadem as lojas e as ruas centrais da cidade, os bairros e vila, já nem se fala, e esse recurso proveniente dos deputados Moraes, através do Jorge Willian, poderia ser investido em outra coisa mais necessária”.

Logo em seguida, fez uso da palavra a Vereadora Jaira Diehl, realizando as saudações costumeiras a todos. Iniciou seu pronunciamento solicitando o envio de ofícios ao Delegado de Polícia e ao capitão da Brigada Militar, solicitando um trânsito mais seguro, e aproveitou para reiterar os cumprimentos à OAB – Subseção de Candelária, que há alguns dias atrás, realizou uma grande ação na Rua Coberta, referente o trânsito seguro para idosos, mas é preciso organizar algumas coisas, pois é muito comum presenciarmos grandes caminhões de empresas estacionados em fila dupla nas ruas centrais da cidade, e muitas vezes, no meio da rua, que divide quem vai e quem vem, solicitando ao sr. Delegado e ao Capitão da BM que tomem alguma providência a respeito do veículo que realiza a coleta seletiva de lixo, cuja placa é IFF 1I14, pois o mesmo pára em fila dupla, no meio da rua, prejudicando a visibilidade dos motoristas, e que seja feita uma orientação ao motorista deste veículo a respeito da situação, evitando algum acidente. Disse a seguir, que o município de Candelária tem dois grandes problemas: o primeiro deles é o orçamento, “pois quando fechamos o último ano do exercício, do primeiro mandato do governo Rim, tínhamos um déficit, dívida superior a R\$ 1 milhão, aí fechamos o primeiro ano do mandato do Prefeito Rim com dívidas que o Município não pagou com mais de R\$ 3 milhões e 500 mil, gestão e preparo, não está acontecendo no Executivo Municipal, pois numa audiência pública o contador da Prefeitura falou em pedalada fiscal, e o outro grande problema são as pontes no município de Candelária, parabenizando o jornal de Candelária pela recente matéria que fez, onde fica claro que a Prefeitura confirma que não fez a ponte denunciada, pois pagaram uma empresa, tem laudo técnico assinado, com medições, pagaram e não fizeram, e semana passada andaram fazendo outra ponte por aí, os funcionários públicos (estes que fazem a máquina pública acontecer no município de Candelária) trabalharam inclusive com chuva. E quando o prefeito vai para a rádio e diz que alguns estão preocupados com as eleições daqui a 2 anos e pouco, disse que não está preocupada não com isso, lhe preocupa sim, a falta de gestão, o endividamento do município que o prefeito possa fazer até o final do seu governo, e o programa de rádio feito pelo prefeito foi de uma total incoerência, para não dizer coisa mais deselegante. Disse que juntamente com outros 4 colegas foi à Polícia Federal, e iria de novo,

porque está inclusive no jornal a afirmação do Prefeito, ao dizer que não fizeram a ponte, mas a pagaram. O colega Jair lhe ligou indagando se tinha certeza de que ela iria junto à PF em Santa Cruz do Sul, apresentar a denúncia, afirmando que tem certeza sim, porque está fazendo seu papel de fiscalizar, e este colega não deveria ser omissor. O prefeito ainda fala que os Vereadores teriam aumentado o orçamento desta Casa, e o colega Jair é membro da Mesa Diretora, sendo Vice-Presidente, lembrando que o orçamento de 2025, quando ela foi Presidente do Poder, era de R\$ 5,6 milhões e quatro mil; e o orçamento de 2026, de R\$ 5,6 milhões e R\$ 4 mil a menos, dizendo que o colega Jair foi omissor, pois não desmentiu o Prefeito, foi eleito para representar o Poder, e o que estamos vivendo em Candelária é coisa nunca vista. O colega Jair ainda quer saber quem vai à PF em Santa Cruz do Sul, porque o irmão deste, pode ser prejudicado, uma vez que é secretário municipal, mas nós vamos fazer cumprir a Lei, dane-se, doa a quem doer, e estamos vivendo algo nunca visto no município de Candelária, inclusive existe denúncia de que o irmão do prefeito tem uma empresa de arbitragem, sem falar sobre problemas de óleo diesel, canos, etc, basta acessar o Portal de Transparência, existem máquinas que não executaram serviços e existe abastecimento das mesmas, e tantas outras coisas mais”, relatou.

Por fim, fez uso da palavra a Vereadora Cristina Rohde, realizando as saudações costumeiras a todos. Iniciou seu pronunciamento informando a parceria feita pela Câmara de Vereadores e Secretaria da Saúde, pois em recente conversa com a secretária, lembrou que no mês de abril teremos o mês do autismo, dizendo portanto, que a Câmara de Vereadores é parceiro de ações e eventos que as secretarias municipais realizam, sendo que no dia 02.04.2026, das 09.00 às 12.00 horas, teremos uma manhã dedicada à conscientização do autismo, mais precisamente uma “blitz” de distribuição de material e informativos a respeito do autismo. Informou ainda, que haverá um “pit stop” na Rua Coberta Suzana Couto da Silva, também no dia 02.04, e todas ações que forem realizadas, serão amplamente divulgadas, porque trata-se do mês de conscientização, “Abril Azul”, inclusive existe uma Lei Municipal que trata a respeito. A seguir, falou a respeito de assunto importante que a população deve ouvir atentamente e tirar suas conclusões, “pois os Vereadores estão aqui não para serem coniventes com nada, quando se recebe uma denúncia, é porque algo não está correndo bem, e o papel do vereador é fiscalizar, pois não pode haver omissão, e temos que colocar os nomes de quem é omissor”. Afirmou que foram sim à Polícia Federal “porque é nosso dever, e quando fez a divulgação para a imprensa no dia 18.03, que a denúncia seria levado ao Ministério Público e outras instâncias que se fizer necessárias, e ainda não foram até o Ministério Público Federal, nem ao Tribunal de Contas do Estado levar as denúncias, mas serão levadas, por orientação do Delegado Marconi (Polícia Federal), pois como vereadores, precisam desempenhar seu papel, e o que se falou aqui é muito sério, são denúncia, com um dossiê completo e recheado, ponte que não foi feita e paga, e ao que soube, neste final de semana, fizeram uma ponte às pressas, e na orientação recebida na Polícia Federal, é necessário dar um andamento legal no Poder Legislativo, e em conversa com o Prefeito de Cerro Branco, este se mostrou muito preocupado com a situação, pois a ponte foi executada pela Prefeitura de Cerro Branco, esta situação é gravíssima. Esclareceu que não existe nenhum “laranja” como o Prefeito falou em programa de rádio, que aliás, fala muito em metáforas nos seus discursos, na tentativa de denegrir a imagem dos Vereadores do Legislativo, pois são

os representantes legais do povo e da comunidade e enquanto for Presidente do Poder Legislativo, não vai deixar que isso aconteça e tem certeza que os colegas que estão aqui, querem que as coisas fiquem às claras, pois ninguém está sendo pré-julgando ninguém, pois logo mais, será votada a admissibilidade da denúncia, é aceitar que a denúncia venha para a investigação da Casa, como foi para o Ministério Público e a Polícia Federal, e como também irá ao Ministério Público Federal, e aqui se está fazendo o processo correto, o jurídico da Casa (Dr. Delmar) está acompanhando tudo diariamente, inclusive vou junto na Polícia Federal, com o Delegado Marconi, e para aquela oportunidade, todos os Vereadores foram convidados, mas acabaram indo somente os cinco Vereadores, reforçando por fim, que esta Casa está aqui para legislar e fiscalizar com transparência e seriedade.

Na Ordem do Dia, inicialmente foi solicitada a Leitura dos enunciados e justificativa dos Projetos de Lei, oriundos do Poder Executivo:

- 048/2026, que “ **Autoriza o Executivo Municipal a contratar Função Temporária em caráter emergencial, e dá outras providências**”, cujo projeto foi discutido e votado e **aprovado por todos(as) presentes**;

- 049/2026, que “ **Autoriza o Executivo Municipal a contratar Função Temporária em caráter emergencial, e dá outras providências**”, o projeto foi discutido e em votação foi **aprovado por todos(as) presentes**.

Por fim, a assessora legislativa realizou novamente a leitura (por orientação do jurídico da Casa, Dr. Delmar Faber Junior) da denúncia e aditamento, ambos de autoria do sr. Paulo Roberto da Silva, pedindo a instauração de processo de cassação do Prefeito Municipal, que em discussão, o Ver. Mateus se manifestou, dizendo deixar claro o seu voto contrário à abertura de CPP, CPI e investigação, porque como relatado pelo próprio jurídico da Casa, no dia em que se reuniram na sala da presidência desta Casa, que não fosse aberta duas investigações paralelas ao mesmo tempo, e que os encaminhamentos foram feitos ao Ministério Público e Polícia Federal, e também será feito ao Ministério Público Federal, deixando claro que não é contra os órgãos competentes realizar a investigação, mas a denúncia evidencia de forma clara, no primeiro parágrafo, o interesse político, quando diz “cassação”, e também suspeita-se que a empresa tenha pago funcionários públicos, ou seja, sem provas, dizendo-se a favor da investigação, mas contrário a abertura de CPP e CPI.

O Ver. Marcio Bataioli também manifestou-se, dizendo acompanhar a fala do colega Mateus, e acha que deve ser feito uma investigação e julgamento justo com pessoas que podem realmente avaliar a situação, dizendo que lhe causou estranheza que no dia 18.03 a denúncia foi recebida na Casa e no dia 23.03 foi votado, nesta Casa, o aumento de salário do Prefeito e demais, e “ até ali ele estava bom”, ressaltando que já foi patrão, os pagava e dava aumento de salário quando eram competentes, e curiosamente, “ hoje ele não presta mais, ele é ladrão, e está sendo caçado por alguns” e por isso, seu voto é contrário.

O Ver. Ismael Soares manifestou-se, dizendo que não sabe como esse assunto todo vai sair na mídia depois, como que vão falar, e pede que os eleitores entendam, mas disse que foi enganado esta manhã, pois na reunião da manhã, foi dito para todos, que seria votada a investigação e acolhimento da denúncia, e a presidente acabou de falar, da cassação, e todos falam sobre a cassação, esclarecendo que

quando foi recebida a denúncia, sendo favorável a abertura de uma CPI na Casa, indagando como vai se condenar alguém quando na denúncia fala em “suspeita”, teses, foi a favor de que essa fosse encaminhada ao Ministério Público, e que os fatos sejam investigados a quem cabe a responsabilidade, e para seu entender, parece um ato político sim, pois não tem em suas mãos um laudo com provas, não tem nada, enquanto que os colegas foram a PF, e provavelmente será aberta uma investigação, indagando o que irá acontecer se aqui na Casa abriremos um processo de cassação e o prefeito for cassado aqui e inocentado no MP, aí fica ainda mais evidenciado que foi um ato político, e na reunião desta manhã foi falado uma coisa e aqui, apresentada outra, sendo que a denúncia foi encaminhada apenas nesta manhã para o e-mails dos Vereadores, e comunicado hoje, às 08.00 da manhã.

Intervenção da Presidente afirmando ser uma grande inverdade, pois na sexta feira o e-mail foi despachado para todos os Vereadores (as).

Retomando a palavra o Ver. Ismael indagou que hora da sexta-feira? Reafirmando que na reunião da manhã foi falado uma coisa e agora, se apresentando bem outra para votação, citando que existem casos no Brasil, quando os juízes não obedecem o devido processo legal e são criticados, e hoje, aqui na Câmara de Vereadores de Candelária, se está fazendo a mesma coisa, reiterando sua posição de aguardar a posição do MP, da PF, e por isso, é obrigado a votar contrário. Citou inclusive que o Prefeito de Viamão, foi reintegrado pela Justiça.

O Vereador Patrício manifestou-se, dizendo-se contrário da não abertura do processo de cassação, pois até agora são suspeitas e teses, e não temos como crucificar o nosso prefeito.

O Vereador Jair Radtke manifestou-se, concordando com a posição e pronunciamento do colega Ismael, reforçando que em recente reunião o assunto foi outro e aqui na Sessão, está sendo colocada em votação outra coisa bem diferente, sendo que não foi somente hoje que aconteceu isso, e por estas razões já expostas anteriormente pelo colega Ismael, das quais comunga, é contrário, enfatizando não ser contra a investigação, mas contrário a cassação do prefeito.

O Vereador Marlon manifestou, dizendo que não irá carregar a culpa de ser omissos, e disse ser favorável à abertura da CPP, lamentando o que está ocorrendo na Casa nesta manhã, pois na sua opinião, votar contra é assumir um risco de ser cúmplice à falta de transparência, e a população exige transparência, e percebemos uma escolha consciente de proteger um governo ao invés de proteger o dinheiro público, e acha que esta Casa vai falhar no seu papel básico, que é o de fiscalizar, pois ao que se percebe, a maioria está se escondendo atrás de uma votação para impedir que a verdade venha a tona.

O Ver. Ismael indagou ao colega Marlon porque o mesmo não assina abertura de uma CPI?, indagando o motivo que tem que ser uma CPP, um processo de cassação e não processo de investigação?

A Presidente esclareceu que o denunciante pediu várias a abertura, e várias coisas, e que é o papel de aceitar ou não a denúncia, e estamos apreciando o processo de abertura de cassação, justamente baseado na Lei 201, de 1967, estamos dando admissibilidade à denúncia.

A Vereadora Ginevra disse já ter se posicionado anteriormente na sua manifestação, disse que mais uma vez, questão de respeito, cada um tem sua opinião, vota, conforme seu interesse político, pois percebeu se fala em interesse político de um, mas quer se eximir de interesse político de outro, e fica feliz que

muitas pessoas próximas aos colegas vereadores, provavelmente não serão exoneradas, como já vemos que vem acontecendo, familiares continuam, após a votação desse projeto, parabenizando o trabalho das comissões, apesar de não fazer parte delas, afirmando ter recebido a denúncia pelo seu e-mail, efetuando a leitura do material, afirmando que esteve na PF na última semana, e esta Casa está fazendo e cumprindo com seu papel diante desta votação, e infelizmente os Vereadores estão desacreditados, e a população já não acredita mais nos Vereadores, por causa dessa briga de interesses, mas, graças a Deus, não depende do prefeito para nada, não tem nenhum familiar, marido, esposa, irmão, ninguém, também permanecerá na Casa, porque, graças a Deus foi eleita pelo povo, não depende de outra pessoa para estar aqui, e fica bastante estarrecida com o que escuta, mas deixa claro, que ninguém está sendo julgado, e não estamos cassando ninguém, estamos sim, votando pela admissibilidade de uma denúncia para que seja aberta uma comissão que vá se discutir, pois fraude, falsidade ideológica, desvio de dinheiro público, peculato, improbidade administrativa, corrupção, uso de servidor irregular, fiscal sem qualificação, medição falsa, nove crimes, pois se, com tudo isso, falta serem omissos, o MPF, a PF vão fazer sua parte e a Câmara também fará sua parte, e se chegar ao final da conclusão da comissão e for constatado que não existe nenhum indício de nada, não irá acontecer absolutamente nada, será arquivado, como já ocorreu nesta Casa, lhe parece que está tendo medo e falta de coragem de que se encarem a realidade dos fatos e se torne oficial aqui na Casa, e se for votado o contrário, que a sra. Presidente rasgue o Regimento Interno, a LOM, a CF, porque já não sabe mais nada.

O Vereador Mateus falou que quando os colegas falam em omissão, devem falar por si só e não pelos demais, pois sairá daqui de consciência tranquila, pois não possui empresas familiares com contratos ligados à Prefeitura e sequer, possui entidades com sede na sua casa.

O Vereador Vanderlei manifestou-se, dizendo ser favorável à cassação.

A sra. Presidente esclareceu que está sendo votado se será aceita ou não a denúncia para investigar os fatos.

O Vereador Vanderlei disse ser favorável da denúncia, “ porque não tapa o sol com a peneira, e se depois, se constatar que o prefeito tem razão, ele que volte, mas aqui, os Vereadores tem que fazer o papel que lhe cabe”.

A sra. Presidente esclareceu que, quando uma CPP é instaurada, ela tem a mesma forma de investigação de uma CPI, porém é diferente, pois lá no final, tem uma votação, depois de tudo ser esclarecido, o que se está fazendo agora, é aceitar ou não a denúncia para uma CPP, pois na denúncia recebida, se pede abertura de uma CPP, e uma cassação está dentro de uma CPP – Comissão Parlamentar Processante – ela dá o direito da cassação, CPI dá o direito de investigação, mas isso, o MP fará.

A Vereadora Jaira também manifestou-se, dizendo que anteriormente um colega falou que o prefeito não pode ser crucificado, lembrando um versículo bíblico em Gênesis e Apocalipse, mas disse que na reunião da manhã, o jurídico da Casa, Dr. Delmar explicou muito bem toda essa situação, lembrando que já foi presidente de uma comissão processante na Casa, onde por maioria, os vereadores da época, votaram pela cassação de um vereador, por quebra de decoro parlamentar, e foram dias difíceis, e agora, não é o ato de julgar que vai ser feito, é a instauração de um processo, e neste rito, pela Lei 201, de

1967, que julga prefeitos e vereadores, o que se espera, como o vereador Jair mencionou no sábado pela manhã, naquele show de horrores, que é o programa da Prefeitura, só faltam fogos e é um picadeiro, e daqui a pouco mais, o circo está armado, para dizer o que quiser, e este programa é pago com dinheiro público, e num processo, se aceita a denúncia, são dez pessoas que podem ser arroladas como testemunhas. Existe uma comissão: presidente, relator e um membro designado para ouvir estas testemunhas com total transparência, isso foi feito no outro processo, pois esta Casa sempre primou pela transparência, inclusive falou o delegado Marconi da PF que em Lajeado demorou um pouco, mas as provas eram tão contundentes que caçaram o Prefeito, e não entende porque isso tudo está incomodando tanto alguns, e também ouviu colegas entrando na vida particular de outros vereadores, esclarecendo que não é isso que está em discussão, no mínimo, é uma falta de respeito com colega Vereador, dizendo que seu voto é favorável, porque precisamos fiscalizar e legislar e o que está nesta denúncia, o que foi remetido para a PF, o que está no MP, será o mesmo que logo será entregue na Quarta Câmara dos Prefeitos, no TCE/RS, e isso chama-se transparência, e se estiver tudo certo, é vida que segue, e se estiver errado a Polícia Federal vai estar mostrando., e não pode existir nada mais triste e frustrante para uma pessoa, que a Polícia Federal bater na sua porta e este cidadão ser preso.

A seguir, o jurídico da Casa, Dr. Delmar Faber Junior ocupou a Tribuna da Casa, para realizar alguns esclarecimentos, dizendo que este processo, segue um rito , e é previsto no Decreto-Lei 201 de 1967, e essa primeira votação que vai ocorrer em seguida, ela não entra no mérito, ou seja, ela não está dizendo que aqueles fatos ali ocorreram ou não ocorreram, é uma primeira votação de admissibilidade, se vai ser ou não instaurado um processo e depois vai ter uma segunda votação que pode ou não, levar à cassação e durante esse processo podem ser ouvidas testemunhas tanto da acusação, quanto da defesa, podem ser produzidas outras provas, podem ser solicitada as perícias, tanto quem acusa como quem está sendo acusado; é intimado de todos os atos, e ele também pode se manifestar, semelhante ao que ocorreu alguns anos atrás com o ex-vereador Rogério aqui., tirando isso, não se está discutindo hoje, se vai ser cassado ou não, é apenas uma análise preliminar se vai ou não ser instaurado o processo.

O Vereador Marlon usou a Tribuna, disse que lhe surgiu uma dúvida, a CPP então, ela tem o poder de investigação, funciona como juiz? Ela é diferente da CPI, que tem o escopo investigatório, já na CPP ela vai analisar o que o acusado e acusador levaram para ela?

O jurídico da Casa, esclareceu que a CPP em si, não produz a prova, ela só julga com base nas provas que o acusador e o acusado levaram, já a CPI é mais ampla, ela pode produzir todo tipo de prova, e em termos bem gerais, a CPI é ativa e a CPP é passiva.

Depois de toda a discussão, a sra. Presidente colocou em votação o pedido de instauração e admissibilidade da denúncia feita pelo sr. Paulo Roberto da Silva e instauração do processo de cassação do Prefeito Municipal, e em votação, foi **reprovado por maioria,** sendo contrários os Vereadores: Ismael Soares, Patricio Krug, Cezar Pohlmann, Marcio Bataioli, Mateus Bock de Oliveira e Jair Radtke. Tramitam nas Comissões competentes o PL 050/2026, oriundo do Poder Executivo.

No Grande Expediente inicialmente manifestou-se o Vereador Vanderlei dos Santos dizendo que votou a favor há pouco, para que a verdade venha a tona, citando os nomes dos colegas que foram contrários:

Cezar Pohlmann, Patrício, Ismael, Mateus, Marcio e Jair, para ficar bem claro para a população, pois com tantos indícios, fica claro que estes colegas votaram contra o povo, votando a favor do Prefeito, “ e parece que querem tapar o sol com a peneira, mas os 5 vereadores vão pra cima, e continuarão lutando sempre pelo povo, porque não dependem do Prefeito e ele próprio não bebe água das orelhas do prefeito, e junca pegou uma pedra da prefeitura, e quando pede alguma coisa é para o povo”.

A Vereadora Jaira Diehl foi a próxima a fazer uso da palavra, dizendo não ter concluído tudo o que havia trazido para esta Sessão. Primeiramente, disse que votou sim a favor, porque é seu dever legal e moral, estar nesta Casa e representar 1012 candelarienses que acreditaram na sua pessoa, mas após eleita, representa os quase 30 mil habitantes, pois são vereadores de toda a população, exatamente como o Prefeito é Chefe do Poder Executivo, para quase 30 mil habitantes. Sobre o pronunciamento colega Vanderlei, endossou dizendo que quando os Vereadores (as) pedem é para a população, quando se pede um transporte, porque muitas vezes as pessoas estão m fase terminal de um câncer, e o Prefeito te sim, veículos e já fez esse tipo de pedido, não para ela, mas para o cidadão que ateu na porta do seu gabinete, lhe procurou pelo celular, e se somos todos iguais perante a Lei não tem motivos para negar o cascalho, a hora máquina, ou transporte para o cidadão candelariense., e a igualdade está descrito na CF, ressaltou que algumas coisas foram rasgadas há pouco aqui no Legislativo. Disse ainda, ter recebido “prints” de um cidadão candelariense, obviamente que não citará o nome desta pessoa, resguardada pela Lei Geral de Proteção de Dados, o qual lhe questionava a respeito do desvio feito na Câmara, no exercício passado, quando ela estava Presidente, sendo o Ver. Márcio o Vice-Presidente, e o Ver. Marcelo, Secretário da Mesa, e todos, primaram pela transparência, e tão logo todas as provas foram colhidas, tudo foi encaminhado ao Ministério Público, que entendeu por fazer um acordo de persecução penal com esta servidora em questão, a qual devolveu ao erário público, no caixa da Prefeitura o valor de R\$ 133.912,98, e a mesma, através do seu advogado constituído, aceitaram este acordo, então esclarecendo, que o desvio que aconteceu aqui, foi descoberto por esta Casa, foi cobrado na Justiça, e se este cidadão que lhe perguntou não tem o habito de escutar as redes sociais da Câmara, que protocole um pedido para a Presidente da Casa, para a Mesa Diretora, pois se trabalhou com total transparência, sanando todas as suas dúvidas, deixando assim, de falar coisas que não sabe no facebook. Disse ainda que hoje expira o prazo para o envio das contas, referente o exercício de 2025, quando foi ordenadora de despesas de R\$ 5,6 milhões e 4 mil reais, sendo que o departamento de contabilidade já enviou as contas, da gestão, de tudo o que foi feito no Poder Legislativo há semanas junto ao TCE/RS, com um parecer favorável da Unidade de Controle Interno. Aproveitou para parabenizar a colega Cristina, que vem realizando um belíssimo trabalho e de extrema responsabilidade e competência à frente deste Poder e quando o Prefeito vai a rádio e fala que aumentamos o orçamento, é uma inverdade, pois há pouco falava do orçamento do exercício de 2025, sendo que para o exercício de 2026, o mesmo ficou em R\$ 5,6 milhões, não ocorreu nenhum aumento, e sim, uma diminuição, o Vereador Jair esteve lá e não contestou isso. Disse ainda, que o Prefeito lê o que lhe dão pronto, que entre repasses antecipados, impostos, devolução ao erário deste acordo de persecução penal, se devolveu R\$ 1.672.236,76 da sua gestão ao Chefe do Executivo, para comprar mais óleo diesel, fazer mais saúde pública, mais educação,

mais infraestrutura, e caso a Câmara não tivesse realizado estas devoluções, não teria sido possível a retirada de 2 patrulas que estavam numa empresa fora do município, o colega Jair falou com ela e foram R\$ 300 mil os custos destas máquinas, na Secretaria da Saúde a fila de exames estava gigante, foi repassado R\$ 100 mil para ajudar na diminuição dos exames, e se fez o papel de legislador. Disse que o Prefeito tem sérios problemas com pontes, pois ele mesmo admite que não fez a ponte, e hoje é votado que não, por isso “ algo errado não está certo e o tempo é o melhor remédio para tudo”, pois vai demorar um pouco, mas logo ali a PF, o Ministério Público Federal, a Procuradoria dos Prefeitos e o MP da cidade vão estar fazendo seu papel, e tudo será devidamente esclarecido. Foi recebido um recurso de R\$ 646.164,18 do Ministério da Integração e Desenvolvimento para a construção da ponte na Linha Palmeira, documento assinado eletronicamente, com número da portaria, ofício e demais informações, o Legislativo repassou dinheiro para elaboração do projeto, bem anterior ao recebimento do valor e nada foi feito, aí vai o Prefeito à rádio dizer que dependia da aprovação da Lei do Orçamento, quando deveria ter mandado projeto de lei a esta Casa ainda em 2025, para dar os trâmites legais já ao início de uma licitação, e sem falar que o projeto de Lei da LOA aporta à Câmara dia 18.12.2025, quando deveria ter chego em 30.10.2025, e posteriormente, se descobriu que não tinha acompanhamento do projeto da ponte da Linha Palmeira, e se o Prefeito tinha tanta pressa em aprovar a LOA, que foi apreciada e aprovada em 05.03.2026, por qual motivo sancionou a mesma somente em 16.03.2026?, dizendo ser lamentável o que estamos vivendo em Candelária, mas continuará trabalhando, recebeu mais um material, mas a população quer respostas e cobra os Vereadores para legislar, administrar, fiscalizar, assessorar, atribuição do(a) Vereador(a).

O Vereador Mateus Bock de Oliveira manifestou-se, parabenizando a colega Jaira por sua gestão em 2025, e certamente nem precisava se explicar como o fez. A seguir, reportou-se a respeito da denúncia que aportou à esta Casa, envolvendo supostas irregularidades na execução de um contrato público, e junto a denúncia, foram anexadas fotografias, documentos e outras informações que precisam ser analisadas com muita responsabilidade, deixando bem claro para a população que tão logo a denúncia chegou, no mesmo dia, todos Vereadores se reuniram com o jurídico e foi orientado o encaminhamento ao MP para não haver duas comissões de análise das provas ao mesmo tempo, mas o que realmente espanta são comentários, dizendo que em Candelária existem apenas 05 vereadores, talvez sejam os que levaram a denúncia à Polícia Federal, e não os julga, pois todos foram convidados, e não esteve presente por estar em outro serviço, e quem faz este tipo de comentários (de que existe somente 5 vereadores) não tem conhecimento algum de como funciona o Poder Legislativo, lembrando que se apenas 5 vereadores comparecerem à uma sessão, sequer existirá sessão, nada é votado, nada é deliberado, deixando claro, que nunca foi contra o encaminhamento da denúncia ao Ministério Público, ao contrário, se existem irregularidades, devem ser investigadas, se houve culpados, deverão ser responsabilizados, e não se trata de ataque à vida particular, e sim dinheiro público envolvido que no mesmo sentido dessa denuncia, foi encaminhado com outras irregularidades e que foi assinada, e também lhe causa estranheza a postura de alguns colegas e acredita que já se fez o necessário quando se encaminhou ao Ministério Público, à Polícia Federal e abrir uma comissão processante imediatamente, sem provas, mais uma vez

reforça, conforme orientação do jurídico, o encaminhamento ao MP ou CPP, se não há duas investigações andando ao mesmo tempo, e se contradizendo, serviço dobrado, de forma desnecessária, além do mais, a Câmara deveria contratar mais outro advogado ou escritório de advocacia para execução dessa CPP, pois não seria possível ser feita pelos funcionários da Casa devido à alta demanda que tem, onerando ainda mais os cofres públicos, e estas pessoas exageradas, muitas vezes, acabam deixando claro quais os interesses por trás disso tudo, e curiosamente, existem colegas que até poucos dias atrás, estavam do outro lado do balcão, ocupando cargo dentro da Administração Pública, e talvez, soubessem disso tudo antes, e as coisas continuavam acontecendo, mas nada fizeram, e diante disso, com certeza, todos devem ter visto um servidor público que gravou um vídeo e postou em suas redes sociais, e que desde que ocupa seu cargo, que é concursado, havia desvios, e que ele nunca imaginou que eram tantos, e fica sua pergunta aos que estiveram antes lá: nunca perceberam esses desvios antes? Esclarecendo novamente que não é contra a investigação, mas esta deve ser feita pelos órgãos competentes, e citaram existir assinaturas falsificadas, dizendo que a assinatura digital não existe forma de falsificação desse tipo de assinatura, deve ser feita sempre pela própria pessoa, pois tem um código pelo GOV. Disse ainda que o JC traz muito claro na matéria, onde diz que o Promotor adiantou que vai coletar diligências preliminares e averiguações, se é caso de atuação do Ministério Público, Federal ou Estadual, pois se não existem provas, não se pode acusar, acredita que a CPI devesse ser instaurada depois de ter provas para comprovar o que realmente ocorreu, mas, julgar sem ter provas, isso lhe parece um interesse político bem grande.

Nada mais havendo a ser tratado, o sr. Presidente agradeceu a presença de todos, convidando-os a participar da próxima Sessão Plenária Ordinária no dia 06 de abril de 2026, às 09.00h, na sede deste Poder, declarando encerrada a presente Sessão. Do que para constar, eu, Isabel Rehbein, Assessora Legislativa, escrevi a presente Ata para ser apreciada na próxima Sessão. **Sala das Sessões, 06 de abril de 2026.**

VER^a CRISTINA BEATRIZ ROHDE
PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CÉZAR AUGUSTO POHLMANN
SECRETÁRIO

Documento assinado eletronicamente por **CRISTINA BEATRIZ ROHDE, Vereador(a) (Presidente da Câmara)** em 13/04/2026 às 15:31:26.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.candelaria.rs.gov.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **LFUN.NI7D.INFU.CALO**